



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

A DIPLOMACIA MILITAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Vinícius Lemos da Silva

Artigo apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Especialista em
Relações Internacionais pela Universidade de
Brasília.

Orientador: Professor Doutor Alcides Costa Vaz

Brasília

2017

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise do emprego da diplomacia militar como um instrumento da política externa brasileira. Para isso, em primeiro lugar, estuda o seu surgimento e conceito, a fim de esclarecer e validar o campo como uma forma distinta de diplomacia. Em seguida, apresenta as abordagens teóricas de autores de diversos países, identificando as práticas que terminaram institucionalizando a diplomacia militar. Ainda, faz-se uma análise da evolução da diplomacia militar no Brasil, iniciando com a abordagem paradigmática realista do período da Guerra Fria até a forma atual de cooperação e construção de um ambiente de confiança mútua, característicos do liberalismo nas relações internacionais. São apresentados, por fim, os avanços da coordenação da política de defesa com a política externa, bem como a legislação que consolida a diplomacia militar no seio de suas Forças Armadas e determina suas principais atividades.

Palavras-chave: Política Externa; Defesa; Diplomacia Militar.

ABSTRACT

This paper analyzes the use of military diplomacy as an instrument of Brazilian foreign policy. To do this, first, it studies the emergence and its concept, in order to clarify and validate this field as a distinct kind of diplomacy. It then presents the theoretical approaches of authors from several countries, identifying the practices that ended up institutionalizing military diplomacy. Finally, an analysis is made of the evolution of military diplomacy in Brazil, beginning with the realistic paradigmatic approach of the Cold War period to the current form of cooperation and construction of a mutual trust environment, which are typical of liberalism in international relations. This study also presents the advances of the coordination of defense policy with foreign policy, as well as the legislation that consolidates military diplomacy within its Armed Forces and determines its main activities.

Keywords: Foreign Policy; Defense; Military Diplomacy.

1 INTRODUÇÃO

“A diplomacia de defesa então transcende o uso de meios militares no modo político como um adjunto à diplomacia, mas constitui o uso de meios militares no modo diplomático como uma forma distinta de diplomacia. ” (PLESSIS, 2008, p.109).

O encerramento do período conhecido como Guerra Fria, no início da década de 1990, com o consequente fim do choque dos dois polos antagonistas de poder mundial, os Estados Unidos e a União Soviética, inaugurou um novo período nas relações internacionais, um tempo que chegou a ser tratado como “o fim da história” (FUKUYAMA, 1989).

Entretanto, longe de ser uma era caracterizada pela ausência de conflitos, a realidade é que eles se espalharam pelas diversas regiões do globo. De acordo com Saint-Pierre (2010, p.32), as suas consequências letais foram ainda mais potencializadas, com a multiplicação de vítimas civis, a sua variedade de formas e a extrema violência das ações como marca, mostrando a permanente capacidade humana para o conflito.

A guerra moderna, na forma como ela foi conceituada pelo teórico prussiano da guerra, Clausewitz, já não ocorre da forma tradicional, entre Estados somente. Ela agora possui outros componentes de natureza internacional e transnacional. Uma das consequências dessa nova realidade foi o chamado Consenso de Washington, “ que propunha a redução drástica do Estado e uma agenda de segurança comum atenta, basicamente, às percepções e aos temores estratégicos da superpotência sobrevivente da Guerra Fria. ” (SAINT-PIERRE, 2010, p.32).

A permanência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), é um dos exemplos dessa tentativa de proposição de uma agenda comum de segurança por parte dos Estados Unidos. Temas como o narcotráfico, a imigração e o terrorismo, passaram a integrar esse complexo e multifacetado panorama da segurança internacional contemporânea. Essas novas agendas impõem aos Estados a utilização de seus efetivos militares em ações nacionais, até mesmo em missões típicas das forças de segurança pública, deixando tarefas de defesa a cargo da potência hegemônica do hemisfério (SAINT-PIERRE, 2010, p.32).

Diante desse quadro, no qual as Forças Armadas adquirem múltiplas possibilidades de emprego, desde catástrofes naturais, passando pelo terrorismo, ameaças nucleares e chegando até o emprego regular e tradicional (SAINT-PIERRE, 2010, p.32), qual o papel da diplomacia militar? Qual a sua relevância diante de um cenário complexo, em que a cooperação militar

tem sido uma importante ferramenta de enfrentamento às ameaças atuais em termos de segurança? De que formas ela interage com a política externa do país?

O objetivo deste trabalho é levantar quais são as ações da diplomacia militar no contexto atual e suas contribuições para a política externa do Brasil. Para que se atinja esse objetivo, é necessário que se faça antes um estudo do conceito de diplomacia militar, verificando sua validade e sua coerência com o fim que se pretende atingir. Cumprida essa etapa inicial, será feita uma análise buscando atingir o objetivo principal e já citado do presente estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DIPLOMACIA

2.1.1 Breve histórico

De acordo com o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis, Diplomacia é:

“**1** Ciência que trata das relações e dos interesses internacionais entre Estados. **2** Atividade que envolve relações internacionais por meio de governantes, de embaixadas em outro país ou de qualquer outro órgão internacional. **3** Arte de preservar os direitos e interesses do Estado em uma negociação com governos estrangeiros.” (Michaelis, 1998).

Fica claro, através da observação do próprio significado de diplomacia no dicionário citado, que não há um consenso acerca do seu conceito, já que ela é tratada ao mesmo tempo como ciência e como arte. O mesmo ocorre nas Relações Internacionais, em que diversos autores e estudiosos buscaram definir o que vem a ser diplomacia.

Sabe-se que a diplomacia, em um sentido mais amplo e como forma de relacionamento entre Estados, é muito antiga. Passou a existir desde que existem nações e a convivência mútua. Essa forma embrionária e rudimentar de diplomacia na Antiguidade pode ser verificada na utilização dos emissários, mensageiros e arautos, os quais enviavam os comunicados de seus reinos a outros povos. Naquela época já eram representantes de seus monarcas e gozavam, inclusive, de certos privilégios e imunidades.

Entretanto, o início da conformação da diplomacia na forma como a conhecemos hoje deu-se no século XV, na Itália dividida em Cidades-Estado. O fortalecimento político e econômico desses pequenos Estados propiciou a busca pelo comércio com outras nações. Para isso, viu-se necessário a utilização de agentes em missões diplomáticas para conduzir as

negociações e o diálogo com os demais países. Nesse momento intensifica-se a busca por informações acerca de outros Estados, buscando aumentar as condições de sucesso nas relações bem como no emprego da dissuasão. Com o tempo, foi-se verificando a necessidade de criação de missões permanentes, que melhorassem a coleta de informações e as negociações, daí surgindo o status de embaixada (SILVA, 2014).

A diplomacia cresce ainda mais em importância após o fim da Guerra dos Trinta Anos e com a Paz de Vestfália. Os tratados resultantes dessa convenção definiram os conceitos de Estado moderno, os princípios de soberania e de igualdade jurídica entre os Estados, além de ter diminuído o poder e a influência da Igreja. Nesse novo sistema internacional, firmado em instituições como a balança de poder e a codificação de práticas que posteriormente formariam o Direito Internacional, houve também “o diálogo diplomático entre os Estados, levado a efeito principalmente pelo sistema de embaixadas e missões residentes nas capitais; e os congressos, nos quais se discutiam tratados relacionados com o término dos conflitos...” (SILVA, 2014).

No século XVII, os embaixadores passam a substituir os agentes temporários das missões diplomáticas, aumentando sua importância e seu papel na negociação. A diplomacia consolida-se como instituição responsável pela condução das relações entre os Estados, tornando cada vez mais necessária a adequada preparação do corpo diplomático para as complexas negociações que vão surgindo no seio das grandes convenções, como a já citada de Vestfália e a posterior de Utrecht, as quais trataram do fim de conflitos e a formação das novas ordens europeias (WATSON, 1982).

De acordo com Mattingly (1995, p.240), as novas demandas do sistema internacional passaram a exigir grandes capacidades políticas e diplomáticas do embaixador, tais como “influenciar as políticas ou a atitude do governo do país anfitrião; conseguir concessões; negociar cooperação; e minimizar o atrito entre Estados...” Todas essas exigências provocaram a criação de uma estrutura do Estado que fosse mais eficiente e eficaz. A pioneira nesse sentido foi a França, em 1626, através do Cardeal Richelieu, que criou o primeiro Ministério das Relações Exteriores. Ele verificou a necessidade de criar uma estrutura composta por profissionais que cuidassem exclusivamente das relações da França com os demais Estados europeus, atendendo aos interesses de seu país e buscando o equilíbrio entre as nações europeias (SILVA, 2014).

No século XVIII, essa iniciativa francesa se espalha pela Europa e em seguida se torna uma regra para o resto do mundo (BERRIDGE, 2002). Ainda nesse século, pode-se considerar firmada ao redor do mundo a institucionalização da diplomacia, a sua consagração como

forma de diálogo entre as nações e ferramenta para a manutenção do equilíbrio de poder entre os Estados do concerto europeu. “A diplomacia se tornara uma instituição internacional em oposição às práticas intermitentes organizadas em uma base *ad hoc*” (HOLSTI, 2004, p.179).

No fim do século XVIII e início do XIX, os avanços tecnológicos advindos da Revolução Industrial, bem como o aumento do interesse da sociedade pela política externa, geraram mudanças sociais e influenciaram o diálogo diplomático (WATSON, 1982). Houve uma expansão da rede diplomática, com a inclusão de áreas até então esquecidas, como as Américas, a África e a Ásia (HAMILTON e LANGHORNE, 1995, p.114).

A diplomacia buscava, assim, conciliar através do diálogo e da persuasão, os diferentes interesses dos Estados, sempre evitando o emprego da força e do poder militar (WATSON, 1982). Como a própria história nos atesta, nem sempre isso foi alcançado. A 1ª Guerra Mundial, que trouxe o fim do concerto europeu e, posteriormente, a 2ª Guerra Mundial, são provas disso (SILVA, 2014).

No século XX, o aumento do número de Estados, da interdependência e das agendas de interesse global, gerou um novo desenvolvimento da diplomacia. O novo e complexo ambiente das relações internacionais trouxe uma nova dinâmica na discussão de temas de agendas políticas, econômicas, militares, sociais, ambientais, tecnológicas, entre outras, demandando uma rápida adaptação à realidade da sociedade internacional (SILVA, 2014).

2.1.2 Algumas definições

Para Silva (2014), as relações entre os Estados “são complexas e difíceis de serem administradas, pois existem diferentes visões do mundo, possibilidade de interpretação equivocada e o risco do uso da violência”. Assim, o papel da diplomacia torna-se indispensável para a manutenção da sociedade internacional, ainda que não alheio às imperfeições (WATSON, 1982).

Para Silva (2014), as atividades são consideradas como sendo do campo diplomático quando são executadas por agentes estatais através de meios pacíficos e quando se relacionam com a condução de assuntos entre Estados e outros agentes da política internacional. O mesmo autor ainda cita Sharp (2009), ao apresentar o entendimento de Bull, Watson e Wight, de que a diplomacia é uma das principais instituições das relações internacionais.

Essa institucionalização da diplomacia é sustentada pelo argumento de Bull (1995) de que a ordem na sociedade internacional é mantida através de regras, interesses comuns, e instituições. Segundo ele, somente a soma de hábitos e práticas com um fim comum já são

suficientes para caracterizar a instituição da diplomacia, ainda que esta também já conte com toda uma rede estruturada de embaixadas, consulados e com os próprios ministérios de relações exteriores.

Tratando da definição de alguns autores acerca de diplomacia, Bull (1995) a descreve como a “conduta das relações internacionais entre Estados e outras entidades que atuam na política mundial através de pessoas que são agentes oficiais e que utilizam meios pacíficos”. Já Watson (1982) a apresenta como “o processo de diálogo e negociação pelo qual os Estados, em um sistema, conduzem suas relações e perseguem seus objetivos utilizando meios que não a guerra”. O conceito de Hedley Bull é mais abrangente que o de Watson, pois não considera somente os agentes estatais. Ele também enfatiza a existência de outros atores internacionais na política mundial. Landim (2014) ainda apresenta o conceito de Kaplan de diplomacia como a “formulação de uma estratégia visando à concretização de interesses nacionais no campo internacional, e bem assim a sua execução por diplomatas”.

Magalhães (1996) ao tratar do conceito de “diplomacia pura”, aborda as confusões, propositais ou não, feitas inclusive por internacionalistas, acerca dos termos política internacional, política externa e diplomacia. O autor define a política externa como “o conjunto das decisões e ações de um Estado em relação ao domínio externo”. Já a política internacional compreenderia, de forma genérica, “o conjunto das diversas políticas externas nacionais”. A diplomacia, segundo Magalhães (1996), seria um instrumento pacífico da política externa de um país, estando inserida no contexto dos contatos plurilaterais junto com a negociação direta e a mediação. Para título de melhor compreensão, ele apresenta também os instrumentos violentos de política externa como sendo a dissuasão, a ameaça, a guerra econômica, a pressão militar e a guerra.

Prosseguindo em seu estudo, Magalhães (1996) analisa as definições mais correntes de diplomacia, de forma genérica. Ele trata primeiro da que confunde diplomacia com política externa, a qual já foi citada. Em segundo ele aborda as que identificam diplomacia como instrumento da política externa. Em terceiro ele cita as definições que confundem diplomacia com negociações internacionais. Por último, ele aponta aquelas que definem diplomacia como o ofício dos diplomatas. O autor busca, então, chegar a uma definição mais completa de diplomacia, que fornece uma boa base para o prosseguimento do presente trabalho:

“Um instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contatos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes.” (MAGALHÃES, 1996).

2.1.3 Funções diplomáticas

O reconhecido teórico da escola realista, Hans Morgenthau (2003), definiu a diplomacia como “a formulação e execução da política externa”. Dessa formulação e dessa execução resultam as funções da diplomacia. Ainda que também não haja um consenso entre os estudiosos acerca de quais seriam essas funções, o conhecimento de algumas dessas visões fornece um panorama geral da atuação diplomática.

Segundo Bull (1995), viabilizar a comunicação entre Estados, amenizar o atrito nas relações internacionais, negociar tratados e acordos, coletar informações sobre nações e representar a existência de uma sociedade de Estados, seriam funções da diplomacia. É interessante observar que Bull vê as tensões como uma constante nas relações entre os países, tendo a diplomacia como um de seus papéis mitigar essas possibilidades.

Já Hill (2003) elenca a comunicação, a participação em instituições multilaterais, a negociação e a promoção de bens econômicos, enquanto que Barston (2006) considera como sendo funções diplomáticas: cerimonial, informação e comunicação, serviço de proteção aos cidadãos, administração, negociação internacional e colaboração para a ordem internacional. Outra visão é a de Wight, que apresenta como funções a negociação, a comunicação e a informação (SILVA, 2014).

Dentre todas as opiniões desses autores, verificam-se funções diferentes, mas nem por isso excludentes. Observa-se, também, que algumas delas foram pontos comuns entre eles, como a negociação, a comunicação e a informação, podendo ser consideradas como das mais importantes. Sobre a última, a informação, recai um ponto sensível das relações diplomáticas: o limite que separa a coleta de informações da espionagem. Pelo acesso privilegiado que têm ao cenário das negociações, os diplomatas devem precaver-se de ir além do que os códigos de ética e conduta das relações entre países preveem, sob o risco de recaírem em uma destrutiva perda de confiança e credibilidade no cenário internacional.

As demais divergências quanto às atividades diplomáticas devem-se aos pontos de vista de uns que recaem mais para aspectos de representação e cerimonial, enquanto que outros enfatizam funções relacionadas ao campo econômico. Ressalta-se, ainda, a ideia de Watson (1982) da função diplomática como a atuação dentro de um contexto de conflito de interesses, compartilhando o pensamento de Bull da minimização das tensões internacionais.

Verificadas as visões de vários estudiosos das relações internacionais, faz-se uma conclusão, apresentando as funções de uma Missão Diplomática conforme estabelecidas pela

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, promulgada através de Decreto Presidencial de 1965, a saber: representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado; proteger, no Estado acreditado, os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional; negociar com o governo do Estado acreditado; inteirar-se, por todos os meios lícitos, das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a esse respeito o governo do Estado acreditante; e promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditado. Magalhães (1996) acrescenta ainda como função diplomática a extensão externa de serviços públicos, a qual é exercida pelos consulados e está estabelecida na Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963.

2.1.4 Diplomacias setoriais e “paradiplomacia”

As relações entre Estados e destes com outros agentes internacionais têm se tornado cada vez mais complexas. A revolução tecnológica na área das comunicações, com a rapidez na obtenção e transmissão de informações, acelerou a ocorrência e a reação aos fenômenos internacionais. Além da diversidade de atores no cenário mundial, há uma multiplicidade de agendas internacionais nas mais diversas áreas, como a política, econômica, social, cultural, militar, ambiental, de direitos humanos, entre outras. Todas elas ocasionando a convergência ou a divergência de interesses, os quais se veem refletidos nas diversas relações bilaterais e multilaterais, bem como nas variadas organizações internacionais.

Existem também duas tendências de longo prazo que contribuem para a complexidade das interações no campo diplomático: a do aumento do poder do Estado no campo doméstico e a da interdependência no nível internacional (WATSON, 1982). Com isso, os Estados têm aumentado sua área de atuação, buscando incorporar as diversas agendas às suas políticas nacionais. Assim, “o avanço do poder doméstico dos Estados em outros campos das atividades humanas e a interdependência entre eles e entre esses campos afetam a diplomacia e incrementam seu papel no diálogo entre entidades da sociedade internacional” (SILVA, 2014). Tal fato é corroborado pela seguinte proposição:

“Hoje, o escopo da diplomacia abrange toda a gama de problemas gerados pelas sociedades modernas, incluindo, por exemplo, meio-ambiente, comércio, investimento, ajuda externa, relações culturais, temas de segurança, controle de armamento, direitos humanos, aviação, recursos naturais, saúde, crime internacional, imigração ilegal etc.” (HOLSTI, 2004, P.192).

Todas essas temáticas possuem suas peculiaridades e suas problemáticas, exigindo um alto grau de especialização dos agentes diplomáticos. As demandas das diversas áreas internacionais já não admitem uma visão generalista dos problemas globais, mas requerem a capacitação e o emprego de recursos humanos vocacionados para as políticas específicas a serem realizadas. De acordo com Silva (2014):

“O reconhecimento do vetor dispersivo e especializado tem gerado tensões no processo estatal de condução do diálogo diplomático, levando à busca de adaptação no órgão responsável pela diplomacia, seja criando departamentos especializados e preparando melhor seus recursos humanos, seja aceitando a participação nas embaixadas de adidos oriundos de outras agências governamentais ou incorporando no processo especialistas provenientes de vários segmentos da sociedade para ajudarem no estabelecimento das posições a serem defendidas no cenário internacional..”

Dentro desse processo de condução das diversas agendas internacionais, torna-se por demais custosa a centralização e a coordenação da execução da política externa do país, por maior que seja o esforço do Ministério das Relações Exteriores (SILVA, 2014). O Estado busca então repartir sua tarefa com outros agentes nacionais, delegando muitas de suas atribuições.

De acordo com Hilsman (1971), existem basicamente três níveis de agentes estatais que atuam na política externa de um país, sendo representados por três círculos concêntricos: um primeiro com o chefe de Governo e os decisores do mais alto nível governamental, como o Ministro das Relações Exteriores; um segundo círculo, abrangendo demais ministérios, agências e departamentos do Executivo e um terceiro, onde se encontra o Congresso, a mídia e demais grupos de interesse.

Dessa forma, verifica-se o protagonismo do Ministério das Relações Exteriores na condução da política externa, mas admite-se a existência e o uso de diplomacias setoriais, as quais são executadas por outras agências governamentais (HILSMAN, 1971; SIMPSON, 1980; WATSON, 1982; HILL, 2003; SILVA, 2014). Cada agente governamental específico pode se relacionar diretamente com seus congêneres dos demais países no cenário internacional (SILVA, 2014).

Dentre as diplomacias setoriais realizadas por agentes governamentais específicos, a realizada no ambiente dos ministérios da defesa pode ser destacada (HILSMAN, 1971; SIMPSON, 1980; HILL, 2003; PRIEST, 2004; STEVENSON, 2007; REVERON, 2010; SILVA, 2014). É a chamada diplomacia de defesa ou diplomacia militar (DAVIS, 1996; UK,

1998; DU PLESSIS, 2008; TIEJUN, 2014; SILVA, 2014), conceitos que serão melhor abordados posteriormente.

Uma forma similar de abordagem da diplomacia setorial vem através do conceito de “paradiplomacia”. Esse termo não está associado à ausência de legalidade, à existência de uma diplomacia não oficial e conduzida por atores não estatais e não reconhecidos, mas a “uma diplomacia realizada paralelamente a esta, visando atingir os objetivos políticos definidos pelo Estado, conduzida por outros agentes do Estado, como os militares” (LANDIM, 2014). É o que se observa no seguinte texto:

“os distintos conceitos de paradiplomacia utilizados por especialistas revelam a convergência principiológica das ações desenhadas por uma série de atores para alavancar internacionalmente vantagens organizacionais, o que corrobora a compreensão de que existe uma pluralidade de estratégias de internacionalização fundamentadas em negociações, acordos ou cooperações que acontecem de modo paralelo, algumas vezes funcionais, e outras, disfuncionais, à atuação da alçada diplomática dos Estados Nacionais.” (SENHORAS, 2012)

Senhoras (2012) aborda o caso específico em que a paradiplomacia militar na América do Sul foi um vetor de impulso à integração da regional. O autor ressalta que, antes mesmo de um movimento político de integração do subcontinente, houve o início de uma cooperação entre as Forças Armadas da região de forma autônoma, independente, transformando um ambiente de conflito em um de confiança mútua. Ainda de acordo com o autor:

“A perspectiva heterodoxa apresentada pretende mostrar que a regionalização da segurança na América do Sul, antes de ser um fenômeno estruturado por vetores tradicionais de cooperação política e diplomática, fora, inicialmente, engendrada por um claro movimento de cooperação militar de mais longa duração, que acontecera de maneira relativamente autônoma, embora convergente, com a política externa dos países. ” (SENHORAS, 2012)

As noções de diplomacia setorial e paradiplomacia são importantes para a melhor compreensão da complexidade e das múltiplas facetas que a diplomacia moderna tem apresentado. Partindo desse ponto, será possível estudar os a diplomacia militar e entender seu conceito.

2.2 DIPLOMACIA MILITAR E DIPLOMACIA DE DEFESA

2.2.1 Conceitos e abordagens teóricas

O conceito de diplomacia militar pode ser considerado novo no seio da Ciência Política e das Relações Internacionais. Segundo Landim (2014), especialmente na América do Sul, onde predominam as perspectivas realistas do emprego do poder militar como um mero instrumento da política externa, é plausível a estranheza que o termo possa causar. Além disso, a produção acadêmica e literária na região ainda é bastante rara.

A dificuldade da aceitação do conceito reside na compreensão de que a diplomacia seria a ação pacífica de agentes diplomáticos oficiais, ou seja, os pertencentes às embaixadas, consulados e aos ministérios de relações exteriores. Qualquer outra atuação de agentes em prol da política externa de um país seria acessória e subordinada ao interesse diplomático dos atores já citados (LANDIM, 2014).

Outra grande problemática está na visão de uso de recursos militares, tangíveis e intangíveis, somente como *hard power*, com o emprego coercitivo e uso da força. Esse é o uso tradicional dos meios de que dispõem as Forças Armadas, é sua atividade fim e a forma mais comum e regular com que foram empregadas até o período da Guerra Fria (SILVA, 2014).

O início da compreensão da diplomacia militar pode se dar no entendimento de que as Forças Armadas e o Ministério da Defesa não estão subordinados aos diplomatas e ao Ministério das Relações Exteriores. Estes últimos, também, estão sujeitos às políticas de Estado. Dessa forma, “os diplomatas podem ter a primazia da condução da política externa, mas não detém exclusividade sobre a mesma” (LANDIM, 2014).

O próprio Landim (2014) reafirma o primado da política sobre a guerra ao citar Clausewitz, quando este disse que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Da mesma forma, Aron (2002, p.72) também sujeita a diplomacia à política e ao interesse nacional, “isto é, à concepção que a coletividade, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida coletiva, fazendo o interesse nacional”.

Sobre um debate acerca da validade do conceito de diplomacia militar:

“Ademais, esse paradigma vem sendo desconstruído ao longo do tempo e a importante participação dos militares em assuntos internacionais, que não a guerra, tem projetado e embasado a definição de diplomacia militar, já bastante utilizada em outros países, e na busca de sua afirmação no Brasil.” (LANDIM, 2014)

De acordo com Silva (2014), a diplomacia de defesa “se caracteriza por seu campo de atuação, aquele relacionado com os recursos tangíveis e intangíveis da Defesa, e por sua natureza não coercitiva”. Além dessa caracterização, já feita anteriormente, ele vai além, dizendo:

“Assim, sua principal característica é a construção e reprodução de relações no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades que atuam na política

internacional que não implicam a ameaça ou no uso da força. Esse paradoxo lhe confere uma identidade singular. Desta forma, analiticamente, torna-se mais fácil visualizar o que a diplomacia de defesa não é; por exemplo, ela não é 'diplomacia coercitiva', nem diplomacia de canhoneira, tampouco 'diplomacia da violência', ou intervenção militar de qualquer espécie." (SILVA, 2014)

O mesmo autor também afirma que, apesar da cooperação militar ser um componente fundamental da diplomacia de defesa, esta não se restringe somente àquela. Por ser considerada uma diplomacia de defesa, ela é mais abrangente, já que possui em seu escopo o conflito de ideias e as discordâncias, as quais implicam na existência de um diálogo diplomático específico.

Ele ainda prossegue ampliando as perspectivas da diplomacia de defesa, mostrando que ela não se limita também só ao desenvolvimento militar em seus aspectos mais técnicos e de material de defesa (SILVA, 2014). Afinal, ficaria difícil a compreensão dos motivos que levam os Estados Unidos, até o ano de 2011, a já possuírem adidos de defesa em 34 países africanos, nações as quais apresentam pouquíssimo poderio militar e pouco teriam a acrescentar em indústria militar aos americanos (PLOCH, 2008, p.08).

Há, entretanto, uma diferenciação por parte de alguns autores quanto aos conceitos de diplomacia militar e diplomacia de defesa. Basicamente, a diferença estaria quanto aos recursos que são empregados em cada uma delas. Enquanto na diplomacia militar utilizam-se as Forças Armadas, somente o elemento uniformizado, na diplomacia de defesa se utilizam também os componentes civis dos ministérios da defesa (MUTHANNA, 2006, p.2).

Plessis (2008) faz essa separação ao dizer que a diplomacia militar exclui preocupações mais amplas de segurança, intenção proposital e a infraestrutura (civil) relativas à diplomacia de defesa, pertencendo unicamente ao domínio dos militares e das Forças Armadas. Silva (2014) concorda e afirma:

"A diplomacia de defesa envolve um conjunto de aspectos e tarefas não relacionados especificamente com questões técnico-militares, tratando de temas políticos estratégicos e, muitas vezes, daqueles relacionados com a ajuda humanitária e ao desenvolvimento. Assim sendo, a diplomacia de defesa incorpora, também, uma dimensão de natureza não essencialmente militar relacionada com a segurança."

Os agentes dos ministérios da defesa, civis e militares, além de tratarem de temas de defesa e segurança, negociam e participam de acordos e conferências nas quais são abordados processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e de direitos humanos, em uma abordagem muito similar à dos diplomatas (SILVA, 2014). Isso pode ser observado nos cenários de negociação bilateral e multilateral, bem como no seio de organizações internacionais, como a ONU e a OTAN. Com isso, "o estabelecimento militar tem se tornado

uma instituição social complexa, com relações de negociação com outras sociedades, inclusive com o uso da assistência militar para fortalecer valores democráticos em países em desenvolvimento" (SIMPSON, 1980, P. 41-44).

Apesar de apontar a diferença entre os dois conceitos, Silva (2014) diz que os conceitos de diplomacia de defesa e diplomacia militar têm sido utilizados com a mesma significação, o das relações estatais no ambiente da defesa, seja entre militares, seja entre integrantes do Ministério da Defesa.

Embora não haja ainda um conceito amplamente aceito sobre a diplomacia de defesa ou a militar, vários estudiosos ao redor do mundo têm procurado aproximar-se desse objetivo. O professor Yang Songhe, da PLA Universidade de Relações Internacionais, de Pequim, define:

“as atividades externas conduzidas por forças armadas que são representativas dos interesses militares de segurança de um Estado ou grupo de Estados. Ela é uma importante parte integrante da diplomacia geral de um Estado...A diplomacia militar pode ser compreendida estritamente e amplamente. No amplo sentido, ela se refere a todas as atividades externas relacionadas à segurança nacional e às forças armadas; no sentido estrito, ela especificamente se refere às relações exteriores que a organização de defesa nacional e as forças armadas conduzem ou das quais participam.” (SONGHE, 1991, p.01)

Qian Qichen, antigo Ministro das Relações Exteriores e antigo Vice Premier da República Popular da China, no seu *Dictionary of World Diplomacy*, diz que a diplomacia militar “é uma expressão que aponta para as relações exteriores conduzidas pelas organizações de defesa nacional e pelas forças armadas de um Estado no campo militar para aperfeiçoar o relacionamento entre os Estados” (QUICHEN, 2005, p.956).

O sul-africano Anton Du Plessis (2008) descreveu a diplomacia de defesa, em um sentido mais amplo, como o “uso de forças armadas em operações outras que não a guerra, com base na sua experiência e disciplina, para atingir objetivos nacionais e internacionais.”

No Reino Unido, o termo diplomacia de defesa aparece pela primeira vez em seu Livro Branco da Defesa, em 1998. Além de incluí-la como uma nova missão das Forças Armadas, é dito que ela colabora com os objetivos de política externa, auxiliando na promoção da segurança e da confiança entre as Forças Armadas europeias (SILVA, 2014).

Coutau-Bégarie (2010), na França, a define como a “participação das Forças Armadas em ações da diplomacia francesa”. Muthanna (2006) apresenta a diplomacia militar como o “uso pacífico de militares na diplomacia, como uma ferramenta de política externa.” Cottey e Foster (2004) a trataram como o “uso, em tempos de paz, de forças armadas e sua estrutura relativa (primariamente ministérios da defesa) como uma ferramenta de política externa e de

segurança. ” Finalizando com Wallin (2015), do American Security Project, que de maneira simples descreve a diplomacia pública militar como a “comunicação e a construção de relacionamento militar com audiências públicas e militares estrangeiras com o propósito de atingir objetivos de política externa. ”

Como se pode observar, vários significados de diplomacia militar já foram elaborados por estudiosos ao redor do mundo. Apesar da inexistência de uma conceituação que seja unânime entre os autores, é importante verificar qual a abordagem feita por estudiosos acerca do assunto.

Na história da humanidade, as forças armadas sempre foram vistas como elementos de força e coação dos Estados (BARSTON, 2006). Elas sempre foram um instrumento de imposição da vontade das nações mais poderosas sobre as mais débeis. Essa seria a visão clássica de Clausewitz, cuja afirmação, anteriormente citada, mostra a guerra como uma última consequência de uma política que não atinge seus objetivos. A política externa pode valer-se da guerra como um instrumento final de consecução de interesses não alcançados pela diplomacia (HILL, 2003).

Durante o período da Guerra Fria, surgem as primeiras referências à diplomacia militar. Nesse momento, entretanto, essa diplomacia ocorria basicamente na forma de cooperação militar, com o objetivo de formação de alianças estratégicas dentro de cada um dos dois blocos opostos de poder, o americano e o soviético. Essas alianças buscavam basicamente “incrementar capacidades militares, contrabalançar ameaças advindas do polo oposto, manter esferas de influência, apoiar governos amigos no controle interno do Estado e conquistar mercados para a indústria bélica” (SILVA, 2014).

Com o término desse período e o fim do conflito ideológico que permeava o ambiente das relações internacionais, surge uma nova concepção da diplomacia militar ou de defesa. O antigo modelo de cooperação militar adquire uma nova forma, trazendo a ideia de ampliar o escopo da diplomacia de defesa, buscando agora a promoção dos valores democráticos, o controle civil sobre o poder militar e o fomento à participação em operações de paz (COTTEY e FOSTER, 2004).

Uma definição de diplomacia de defesa, feita pelo Ministério da Defesa do Reino Unido, fornece um adequado panorama dessa nova abrangência da diplomacia militar pós-Guerra Fria:

“Prover forças para atender às diversas atividades realizadas pelo Ministério da Defesa, para dispersar a hostilidade, construir e manter a confiança e apoiar o desenvolvimento de forças armadas prontas e democráticas, dessa forma fazendo

uma significativa contribuição à prevenção e resolução de conflitos.” (UK, 2000)

Segundo Cottey e Foster, o papel tradicional das forças armadas estava definido pela sua capacidade e preparo para o uso da força e como forma de ameaça segundo propósitos de defesa, dissuasão, compulsão e intervenção. Esse emprego, defendem os autores, é substituído pela promoção de uma diplomacia militar que hoje é uma atividade de tempos de paz, tornando-se um grande objetivo para as forças armadas e seus respectivos ministérios. Isso é possível através da cooperação entre aliados e demais países, entre sociedades democráticas, sendo usada como uma ferramenta promover modernas políticas externas e de segurança. Ainda, “sob o conceito de uma abordagem compreensiva por meio da segurança, a diplomacia militar é hoje um dos seus principais pilares” (COTTEY e FOSTER, 2004).

Os Estados Unidos também passam a compartilhar essa visão de diplomacia militar do Reino Unido. Parte do enorme poderio militar americano provém de sua capacidade de atuar em todas as regiões do globo. Os vários comandos regionais espalhados pelo mundo são a projeção e a pronta resposta de sua força. A moderna diplomacia militar americana passa a buscar, através da cooperação, a assistência e o desenvolvimento da segurança dos demais países, contribuindo para a manutenção da estabilidade interna e, dessa forma, atuando na prevenção de conflitos (REVERON, 2010). As Forças Armadas americanas estão então mudando seu perfil intervencionista e confrontador para um cooperativo, melhorando sua imagem no contexto das demais nações (REVERON, 2010). O mesmo autor trata então os militares como “construtores e diplomatas”, tendo seu potencial usado “em apoio a objetivos diplomáticos e de desenvolvimento” (REVERON, 2010).

Em seu estudo sobre diplomacia de defesa, Silva (2014) aponta outra abordagem teórica interessante sobre o assunto: a concepção de Barkawi acerca das relações Norte-Sul. Barkawi (2011) inicia seu trabalho concordando com os demais autores acerca da diplomacia de defesa. Ele a trata como um instrumento fundamental na relação entre países independentes e soberanos, em uma sociedade anárquica e ameaçada pelo choque de interesses, especialmente até o período que inclui a Guerra Fria.

Ele observa a importância dos adidos militares como auxiliares da diplomacia, sendo que esta possui o como papel gerenciar a manutenção da balança de poder e evitar o conflito. Os militares seriam então adjuntos nessa tarefa diplomática, utilizando sua expertise na negociação, na comunicação, informação, no gerenciamento e orientação nas crises, em atividades de inteligência e na venda de material bélico. Segundo o autor, essas seriam as tarefas clássicas da diplomacia de defesa até a Guerra Fria (BARKAWI, 2011).

Ele prossegue concordando com os demais estudiosos no que diz respeito às mudanças geradas pelo fenômeno da globalização pós-Guerra Fria, agregando novas categorias de prática diplomática de defesa. Ampliação da agenda de segurança, a ascensão do sistema ONU e o desenvolvimento de temas no contexto da interdependência dos Estados, todos fizeram com que os militares passassem a lidar com novos atores, como milícias, líderes locais, grupos políticos e representantes de organizações não-governamentais, em ambiente urbano. As novas atividades exercidas pelas forças armadas “concentram novos eufemismos diplomáticos, como paz, setor de segurança e desenvolvimento de países, em conceitos antigos como cooperação” (BARKAWI, 2011).

A diferença na abordagem de Barkawi em relações a outros estudiosos dá-se no ponto em que ele trata que a sociedade anárquica é uma sociedade hierárquica. Essa hierarquia vem desde o período colonial, passa pelo imperialismo prévio à 2ª Guerra Mundial e prossegue até os dias de hoje. Os dois pontos, hierarquia e governança, tornam a análise da diplomacia de defesa insuficiente se ela não for vista também no contexto das relações Norte-Sul. Para o autor, as intervenções sob os auspícios das Nações Unidas em guerras civis locais têm a intenção de reestabelecer a independência formal e soberana dos países apoiados, mantendo seu papel dentro do sistema internacional de Estados (BARKAWI, 2011).

Entretanto, para Barkawi, essa suposta igualdade jurídica das nações obscurece a realidade da hierarquia entre elas, “as diferenças de poder e o transbordamento da regulação e da governança”. É então a *raison d'être* da diplomacia tradicional mascarar essa relação de poder sob o pretexto do respeito à soberania. Para tal, ela utiliza-se de conceitos como segurança, defesa e paz para justificar a existência de um sistema formal de Estados soberanos e iguais (BARKAWI, 2011).

O que Barkawi mostra, então, é a utilização da diplomacia militar e suas ferramentas de cooperação como uma forma de manutenção das relações hierárquicas de poder entre as nações mais poderosas e as mais fracas. Ele cita vários exemplos dessa teoria, como o histórico relacionamento entre o Reino Unido e a Índia, a forma como as Forças Armadas deste foram inicialmente criadas e integradas por oficiais britânicos, uma influência que permanece ainda hoje, com o envio de diversos oficiais indianos para as escolas militares inglesas. Resumindo o seu pensamento:

“Aumentar o poder militar de um aliado é uma categoria básica das relações internacionais militares e lidar com esse aconselhamento e assistência é uma maneira de soldados se tornarem envolvidos com a diplomacia. O propósito desses esforços, em um contexto imperialista, foi criar a base para uma ordem política e econômica propícia aos interesses europeus.” (BARKAWI, 2011)

Segundo Silva (2014), o mérito do trabalho de Barkawi está em realizar a abordagem da diplomacia de defesa sob a perspectiva de uma das mais recentes teorias das relações internacionais, o pós-colonialismo. Ele estaria assim divergindo dos demais autores que veem a diplomacia de defesa atual realmente interessada em tratar da agenda de segurança como forma de gerar estabilidade, a exportação da segurança para criar confiança mútua e prevenir o conflito entre Estados.

2.2.2 Militares e diplomatas

Os militares e os diplomatas são dois dos mais importantes instrumentos da política de um país. Menezes (1997) compara-os a dois irmãos siameses, ambos atores principais de políticas de Estado, a política externa e a defesa, as duas complementares. Nas palavras de Aron (2002), “a política deve conhecer o instrumento do qual vai se servir” e diplomacia e guerra são “modalidades complementares” do diálogo entre as nações.

Landim (2014) ilustra a relação de militares e diplomatas como as duas faces de uma mesma moeda, pois eles utilizam-se de diferentes meios para alcançar os objetivos políticos comuns de seu país. Como já visto no trabalho de Magalhães (1996), as atividades precípuas do soldado e do diplomata, a guerra e a diplomacia, são ferramentas de política externa de uma nação, a qual pode ser executada por meio pacífico ou violento. Essa é a grande dualidade da convivência dos dois agentes estatais.

É interessante observar que a relação entre a guerra e a diplomacia não possui um limite claro e que defina o alcance de seus campos de ação. Não se pode dizer que um inicia quando o outro termina. A guerra não significa o fim das negociações diplomáticas, pelo contrário. Durante a guerra, os Estados beligerantes estão em busca de vantagens e sucessos militares que possibilitem melhores condições de negociar a paz e encerrar o conflito a seu favor. Da mesma forma, durante o processo diplomático, o poder militar é um elemento importante a se considerar na balança de poder das nações.

Cervo (2008) faz um interessante paralelo entre as atividades de defesa e as atividades diplomáticas:

“Ambos supõem a avaliação de meios, fins e riscos de decisões, visões de mundo, objetivos estratégicos e reações aos condicionamentos estruturais ou momentâneos. Ambos se complementam. Supõem o diálogo entre militares e diplomatas, apesar de

os primeiros pretenderem reforçar o poder para servir à segurança, os segundos utilizá-lo como instrumento de manobra nas relações externas do País.” (CERVO, 2008)

Apesar da complementariedade das atividades de diplomatas e soldados, na prática, o diálogo e o debate entre as duas classes muitas vezes são desencontrados. Um dos grandes responsáveis por essa falha na comunicação, segundo Marques (2007), é a alta especialização funcional de ambas as carreiras, o que acaba gerando fortes e distintas culturas organizacionais. Esses contrastes se iniciam logo no começo das duas carreiras, com as diferentes formações realizadas pelas Escolas Militares e pelo Instituto Rio Branco. Outro fator apontado para o distanciamento entre as duas classes é o tradicional exclusivismo e protagonismo na condução da política externa e da política de defesa por parte, respectivamente, do Itamaraty e do Ministério da Defesa (SILVA, 2014).

Segundo Silva (2014), os militares, além de conservadores, “se distinguem pelo uniforme, pela disciplina, pela lealdade e pelos códigos de conduta e de cortesia, e se definem como homens de ação, cujo sucesso depende do cumprimento das missões que lhes foram atribuídas”. Já os diplomatas, de acordo com o mesmo autor, “também possuem seus próprios códigos de conduta, mas, diferente dos militares, são, essencialmente, homens do entendimento, da negociação e da acomodação”. Dentro da tradição diplomática, a manutenção das relações pacíficas é o principal objetivo da diplomacia (SHARP, 2009).

Mesmo com essas peculiaridades que os distanciam em aspectos comportamentais, como já foi dito, o entrelaçamento das atividades diplomáticas e de defesa aproxima inevitavelmente seus agentes. Isso se tornou ainda mais imperativo com a busca de conhecimento das capacidades militares alheias, no século XIX, e a necessidade cada vez maior da especialização das agendas da política externa, as quais demandaram a nomeação de militares como embaixadores, em alguns casos e, de forma mais recorrente, a designação de adidos militares permanentes nas diversas representações diplomáticas ao redor do mundo.

Além da necessidade acima citada, existem também afinidades e pontos em comum a unir militares e diplomatas. Silva (2014) diz que eles compartilham “uma acentuada preocupação com o cerimonial, a cortesia, a etiqueta e o protocolo”. Ele vai além, e diz que “suas culturas privilegiam a prática e parecem ter algum preconceito com a teoria e os intelectuais”, ainda que ambos “defendam a necessidade de uma boa formação educacional”.

2.2.3 Institucionalização da diplomacia militar

A diplomacia se institucionaliza pela reprodução, temporal e espacial, de práticas sociais, crenças e normas por meio de agentes oficiais do Estado e de outros agentes que atuam na política internacional (SILVA, 2014). De maneira análoga, essa institucionalização também ocorre no campo da defesa e da segurança, com a reprodução de práticas executadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas de forma bilateral ou multilateral.

Entre as principais práticas disseminadas pelas Forças Armadas de diversos países, que podem ser citadas como pertencentes a esse conjunto que forma a instituição da diplomacia militar, pode-se citar:

“contatos bilaterais e multilaterais de alto nível; apoio para a cooperação militar regional; apoio para reforma do setor de segurança; apoio para o desenvolvimento de capacidades para atuar em forças de paz; designação de adidos; acordos bilaterais de defesa; treinamento de pessoal militar e civil; promoção do controle democrático das Forças Armadas; visitas e contatos de pessoal e unidades; designação de militares e civis para servirem em organizações militares de outros países; apoio em fornecimento de equipamento e outros materiais de aplicação militar; e exercícios militares bilaterais e multilaterais.” (COTTEY e FOSTER, 2004)

De acordo com Silva (2014), a diplomacia de defesa é uma instituição internacional na medida que suas práticas são realizadas de forma recorrente entre Estados, os quais possuem relações permanentes, com regras e convenções aceitas pelas partes e que conformam seus comportamentos. Assim, ainda que seja um subproduto da diplomacia, ela possui uma dinâmica e um arcabouço normativo próprios, produto das especificidades de seu campo de atuação.

2.2.4 Exemplos internacionais

A diplomacia militar é, atualmente, um conceito institucionalizado e internacionalizado. Ela tem sido reconhecida como uma valiosa ferramenta para o incremento da política externa dos países. O seu conceito, abordado previamente neste trabalho, ainda é pouco difundido no Brasil e na América do Sul. Entretanto, o mesmo não ocorre em países como EUA, Inglaterra, França Índia, China, África do Sul e outros países integrantes da OTAN, nos quais a utilização dos termos diplomacia militar ou diplomacia de defesa já é bastante difundida e aprovada (PLESSIS, 2008).

Os Estados Unidos, reconhecidos como a maior potência militar do mundo, projetam esse poderio ao redor de todo o globo, com a divisão das diversas regiões do mundo em comandos militares. Estes comandos planejam e executam atividades que outrora eram exclusividade do domínio civil, como aquelas afetas à segurança e à assistência humanitária (SILVA, 2014). Willard (2006, p. 49), ao discorrer sobre a atuação do Comandante do Teatro de Operações do Pacífico, diz que “o comandante operacional não só pode influenciar a política através das aplicações tradicionais da força militar, conforme a diretriz do Presidente da República, mas ele também pode influenciar a política através da conduta da diplomacia militar”.

No escopo das atividades da diplomacia de defesa americana destacam-se: criação de contatos bilaterais e multilaterais entre altos escalões militares e funcionários civis da defesa; nomeação de adidos militares; acordos bilaterais de cooperação em defesa; atividades de treinamento para oficiais e civis estrangeiros; provisão de expertise e assessoramento em assuntos de controle democrático de forças armadas; gerenciamento de defesa e áreas técnicas militares; intercâmbio de pessoal militar; e provisão de apoio militar e ajuda com material e equipamento (SWISTEK, 2012).

O emprego da diplomacia militar, em apoio ao desenvolvimento da democracia e ao controle do poder militar pelo poder civil, é um mote comum apregoado pelos EUA e demais integrantes da OTAN. No Reino Unido, entre as missões atribuídas à diplomacia militar, estão: controle de armas, a não-proliferação e a construção de medidas de segurança e confiança mútuas; assistência militar; intercâmbio de pessoal; oferta de cursos e treinamentos para militares estrangeiros; visitas e reuniões de alto nível; e exercícios conjuntos (UK, 2000).

Outros países como China, Índia, África do Sul e Austrália estão em processo de grande expansão de suas diplomacias militares. Essas nações a têm usado para conquistar a confiança dos Estados fronteiriços e ampliar suas influências nos seus respectivos entornos estratégicos.

2.3 DIPLOMACIA MILITAR COMO FERRAMENTA DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

O Brasil apresenta dificuldades de articulação entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores no que tange ao alinhamento entre a política da defesa e a política externa. Foram apontados, anteriormente, como causas desse desacerto, as diferentes e enraizadas culturas organizacionais e o tradicional exclusivismo do MD e do MRE na

condução de suas respectivas políticas. Mais alguns pontos podem ser acrescentados a esse assunto.

Serbin e Pont (2016) discorrem, em seu trabalho, sobre a influência realista dos EUA na América do Sul, no período da Guerra Fria. A visão da *realpolitik*, do poder militar como aspecto fundamental no equilíbrio da balança de poder das nações, terminou corroborando para que no Brasil houvesse uma hierarquização e isolamento de políticas de Estado, especialmente a política externa e a de defesa.

Alsina Júnior cita quatro fatores que, segundo ele, ajudam a explicar a insuficiência no diálogo das políticas de defesa e externa:

“a baixa prioridade da política de defesa, a ausência de direção política efetiva sobre a política de defesa, o perfil não-confrontacionista da política externa e a ausência de mecanismos operacionais de articulação entre as duas. Os fatores apontados inter-relacionam-se, sendo difícil definir o peso relativo de cada um para a existência do fenômeno em análise[...]Os quatro fatores sumariamente apontados acima somam-se de forma a criar uma série de entraves à articulação entre duas políticas de Estado essenciais – ou que, ao menos, deveriam sê-lo – para a inserção internacional do Brasil.” (ALSINA JÚNIOR, 2009)

O citado autor ainda aborda o baixo perfil estratégico brasileiro, promovido pela ausência de ameaças regionais, como um “abafador” da “ausência de um mecanismo efetivo de coordenação diplomático-militar”.

Outro autor, Winand (2010), trata de uma das tradições da política externa brasileira: a primazia do Itamaraty no seu planejamento e execução. Isso faz com que o MRE mantenha apenas dentro de sua burocracia a condução de assuntos externos, mesmo aqueles que tenham relação direta com a defesa e a segurança. Com isso, o Itamaraty alija do debate da política externa do Brasil não só os militares como também o parlamento.

Os anos 2000 marcaram o início de significativos avanços no diálogo entre defesa e política externa. A criação do Ministério da Defesa, em 1999, alavancou a criação de um arcabouço legal e normativo que pautasse a política de defesa do Brasil, a saber: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa. Todos esses documentos buscam nortear as ações de defesa do país e estabelecer objetivos, diretrizes e metas para a pasta.

De acordo com a visão do Ministério da Defesa, o Brasil “vê em sua política de defesa e em sua vocação para o diálogo componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional” (MD, 2014). Ainda, as ações no campo internacional do MD “se dão por meio de atuações em missões de paz; de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso da política externa e defesa; das cooperações internacionais; da

participação em fóruns internacionais multilaterais; e de parcerias e acordos bilaterais” (MD, 2014).

Prosseguindo, ainda, apresentando o entendimento do MD sobre a relação da defesa com a política externa, o ministério reforça a necessidade de ação conjunta com o MRE, tendo em vista suas políticas serem complementares e indissociáveis. A pasta da defesa ressalta, ainda, que essa aproximação deve ocorrer nas áreas de inteligência e planejamento (MD, 2014). O órgão detalha:

“No plano global, a participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais, como o Conselho de Defesa Sul-Americano e os diálogos político-militares, incrementa a possibilidade de as políticas externa e de defesa do país se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, facilitando, assim, a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros.” (MD, 2014)

No ano de 2016, novos esforços foram realizados no intuito de buscar maior aproximação entre as políticas externa e de defesa. Em dezembro do referido ano, foi realizada uma reunião entre o ministro da Defesa, Raul Jungmann, das Relações Exteriores, José Serra, e do Gabinete de Segurança Institucional, general Sergio Etchegoyen, no intuito de firmar uma agenda internacional convergente de defesa e segurança. Para isso, foi criado um mecanismo de coordenação interministerial, o qual promoverá diversos seminários sobre temas estratégicos comum às referidas pastas.

Entre os importantes pontos a serem ressaltados do encontro, pode-se citar as palavras do ministro da Defesa, que destacou que a mais recente versão da Política Nacional de Defesa, entregue para aprovação ao congresso em 2016, foi elaborada com a participação de diplomatas junto com militares. Ainda, de acordo com o ministro: “Nenhum país do mundo que se pretende respeitado, importante, e com projeção no cenário global, pode deixar ter essas duas políticas sincronizadas e coordenadas” (MD, 2016).

Já o ministro das Relações Exteriores apontou a importância da cooperação militar do Brasil com seus vizinhos, com a África e outros países do mundo, além do fato de que a agenda internacional de defesa é pautada pelas diretrizes da diplomacia. O ministro afirmou ainda a necessidade de uma coordenação entre as duas áreas, tendo em vista serem políticas de Estado e que devem atender aos interesses nacionais (MD, 2016).

Dentro do mecanismo de cooperação criado, os principais temas a serem priorizados serão as missões de paz, indústria de defesa e exportações, cooperação na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, segurança na região de fronteira e relação com países vizinhos (Cone Sul e Unasul). Já o primeiro seminário, realizado no contexto do mecanismo de cooperação,

abordou os assuntos: cenário internacional – visões e perspectivas; fronteiras – vias de aproximação e áreas problema; adidos de defesa e seu apoio à diplomacia e às relações internacionais; operações de paz; e Base Industrial de Defesa (MD, 2016).

É interessante verificar que os temas considerados prioritários para a sincronia das agendas de defesa e externa no Brasil assemelham-se muito com as atividades da diplomacia de defesa citadas por Plessis (2008) em seu trabalho, a saber: adidos de defesa, os “embaixadores uniformizados da paz”, considerados “a primeira linha” e instrumentos-chave da diplomacia de defesa e da construção das relações externas de defesa; interação bilateral e multilateral de defesa; visitas externas; treinamento estrangeiro e oportunidades de aprendizagem; transferência de equipamentos e ajuda externa; e outras ações específicas da diplomacia de defesa, como a reconstrução pós-conflitos.

Muthanna (2016), antes de apresentar as atividades da diplomacia de defesa trata de seus objetivos:

“A diplomacia de defesa serve aos objetivos específicos e nacionais externos e de políticas de segurança. No contexto do engajamento estratégico global e regional, ela gera relações sustentáveis de cooperação, dessa forma construindo confiança e facilitando a prevenção de conflitos, introduzindo transparência nas relações de defesa; construindo e reforçando percepções de interesses comuns; mudando a mentalidade de parceiros; e induzindo a cooperação em outras áreas. A diplomacia de defesa pode reforçar os objetivos específicos de política externa de um país gerenciando as relações externas de defesa e apoiando outras iniciativas diplomáticas do governo.” (MUTHANNA, 2016)

Tende em vista esses objetivos, segundo o autor, a diplomacia militar contribui para a política externa com atividades como os diálogos políticos, de segurança e defesa estratégica; acordos e tratados de defesa; transparência de intenções em relação à política de defesa nacional; assistência na manutenção da legalidade e legitimidade do governo; intercâmbio de pessoal militar e de percepções; participação em operações de paz da ONU; fortalecimento das relações de defesa para promover influência e o acesso próprios; reforçar as próprias capacidades de defesa nas áreas de equipamento de defesa; assistência amistosa a países estrangeiros para desenvolver suas capacidades de defesa; assumir compromissos militares internacionais para melhorar sua própria capacidade militar; promover a interoperabilidade militar e de defesa; designação de adidos de defesa para outros países; e ações específicas de diplomacia de defesa. (MUTHANNA, 2016).

A diplomacia militar brasileira no período da Guerra Fria, tal qual como no resto do mundo, era marcada pelo realismo que predominava nas relações internacionais naquele momento. Na década de 1970, houve uma aproximação entre Brasil e Paraguai no projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu, obra que seguia na esteira do nacional-

desenvolvimentismo que caracterizou os governos militares no Brasil. O maior entrave ao acordo de Itaipu ainda era a desconfiança Argentina, que via na obra uma ameaça ao equilíbrio de poder na região. É necessário observar que a aproximação entre Brasil e Paraguai teve seu início antes de Itaipu, ainda no governo de Getúlio Vargas, em 1942, com a criação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (VASCONCELOS, 2011). Era a diplomacia militar atuando como ferramenta impulsora da política externa do país. No governo Figueiredo, em 1979, Argentina, Brasil e Paraguai firmaram o acordo tripartite Itaipu-Corpus, que viabilizou a construção da hidrelétrica. Nesse contexto de maior cooperação iniciou-se o processo de integração da região do Cone Sul (LANDIM, 2014).

Nesse ambiente favorável ao diálogo, novos acordos bilaterais foram firmados entre Argentina e Brasil, com o objetivo de eliminar antagonismos e fomentar a confiança mútua entre as nações. O principal deles foi na área nuclear, que se encontrava em plena expansão nas décadas de 70 e 80. Nesse momento, havia a clara preocupação de que o desenvolvimento nuclear dos dois países pudesse suscitar possíveis animosidades e a corrida nuclear na região. Assim, em 17 de maio de 1980, foi firmado o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicações dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (AGUILLAR, 2010). Essa convergência na área nuclear é fundamental e embrionária para o que viria a ser o processo de criação e integração do MERCOSUL.

O fim da Guerra Fria, na década de 1990, trouxe um novo ambiente para a diplomacia militar. Um contexto permeado pelo realismo, no qual o poder militar era usado como fator de coerção e dissuasão, dá lugar a relações marcadas pela cooperação, influenciadas pelo liberalismo nas relações internacionais e pelo multilateralismo promovido pela ONU. No Cone Sul, o regionalismo e a cooperação foram fomentados pela implementação do MERCOSUL e foram sucedidos por outros organismos, como a UNASUL, criada em 2008.

O início do século XXI e os desafios de um mundo cada vez mais global, trouxeram, como já foi dito, significativos impactos sobre a Política Externa Brasileira (PEB). Segundo a PEB, a ordem internacional deve estar fundamentada na democracia, no multilateralismo, na cooperação e na busca da paz entre os Estados. Dessa forma, ela defende “a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do direito internacional” (DAEBAI, 2013).

As premissas indicadas pela PEB passam, então, a balizar as ações diplomáticas brasileiras e também a atuação militar do país no âmbito externo. O Exército Brasileiro, através da Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional

(DAEBAI), elaborada em 2013, busca balizar e subsidiar suas ações no campo internacional, bem como sua diplomacia militar, adequando-se às demandas da atual PEB. Na visão da instituição, a diplomacia militar é:

“o conjunto de ações de cooperação na Área de Defesa, levadas a efeito entre países amigos, incluindo estabelecimento de aditâncias militares, realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, entre outras.” (DAEBAI, 2013)

A diretriz específica também o que seria a diplomacia militar no âmbito da defesa, ou seja, a diplomacia de defesa:

“No âmbito da Defesa, a Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.” (DAEBAI, 2013)

A diretriz prossegue explorando o campo da diplomacia militar, apresentando os seus propósitos:

“manter um diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, fomentando a cooperação, a integração e a confiança recíproca com os exércitos de outros países; contribuir para manter a ordem global estável, mediante a participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais; apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas; facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais; e ampliar as oportunidades de fortalecimento da indústria nacional de produtos de defesa, para reduzir a dependência tecnológica e superar as restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis.” (DAEBAI, 2013)

Prosseguindo, a diretriz detalha as ações a serem executadas pela Força por meio da diplomacia militar:

“aprofundar o relacionamento no campo militar com os países de maior interesse para o Brasil; contribuir com a defesa dos interesses do EB, por meio dos adidos militares, da ligação com os adidos estrangeiros acreditados no Brasil, da participação em eventos internacionais, das visitas de autoridades militares brasileiras ao exterior e da recepção de autoridades militares estrangeiras no Brasil; auxiliar na projeção de uma imagem positiva do Brasil no concerto das nações, particularmente pela contribuição à paz e à segurança internacionais e pela participação em instâncias internacionais relevantes; assessorar os chefes de missões diplomáticas brasileiras no exterior; e coordenar com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio do MD, as medidas necessárias para que o trabalho diplomático, nos temas afetos à Força, reflita, com precisão, os interesses da Defesa.” (DAEBAI, 2013)

Por fim, a DAEBAI apresenta o conceito da “Preclusão Estratégica” como um objetivo permanente da diplomacia militar:

“A diplomacia militar deve favorecer a Preclusão Estratégica, que abrange o conjunto de ações voltadas para a prevenção e neutralização de agressões que

tornariam imperativo o uso da força militar pelo Brasil em condições que potencialmente escalariam a situação para uma crise mais grave. Assim, poderá incluir programas de cooperação específicos para um determinado país, definindo estratégias diferenciadas para a atuação de adidos militares e para o oferecimento de oportunidades de intercâmbio subsidiadas pelo Brasil. ” (DAEBAI, 2013)

A participação em operações de paz sob a égide das Nações Unidas, como uma das principais atividades da diplomacia militar, é ponto comum a praticamente todos os seus estudiosos e às diretrizes das várias Forças Armadas. Ela é importante ferramenta da política externa por três razões: apoiada no discurso da paz, constrói uma imagem positiva perante a comunidade internacional; permite expandir a influência estratégica em âmbito regional e global; e possibilita a expansão de capacidades e aprendizado (SINGH, 2011). Sabedor dessas premissas, o Brasil, desde 1947, participa de missões de paz da ONU. Mais recentemente, em 2004, o país ganhou notoriedade por ter assumido o comando de uma dessas missões, a MINUSTAH no Haiti. Essa posição de destaque assumida em missões das Nações Unidas vai ao encontro de anseios do Brasil pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e do seu antigo pleito por um assento permanente no referido conselho.

Um último aspecto merece ser analisado na diplomacia militar, dado seu valor como fator de aproximação e facilitador das relações entre as nações: a linguagem militar comum e a homogeneidade da cultura militar ao redor do mundo. Assim como há uma comunidade diplomática internacional, é possível reconhecer uma comunidade militar internacional com cultura e pensamentos comuns, favorecedores do diálogo entre os militares das diversas nações.

É claro que se verificam também diversas divergências e animosidades entre exércitos de diversas nações, provocados por desavenças históricas ou conflitos recentes. No entanto, observa-se no campo da diplomacia de defesa um entendimento facilitado por um ambiente e uma cultura comuns, “que contribui para criar e manter uma rede global de parceiros no âmbito militar” (REVERON, 2010).

As semelhanças podem ser verificadas na forma de organização das instituições militares, no compartilhamento de valores como hierarquia e disciplina, no emprego de doutrinas muitas vezes iguais, já que alguns exércitos literalmente “copiam” suas doutrinas de outros considerados mais poderosos. Até mesmo as visões e demandas se assemelham, ao haver uma busca e um comprometimento sempre constante com os objetivos de seus Estados, com o fortalecimento dos meios de defesa e na busca de melhores provimentos inclusive. Os diversos intercâmbios de pessoal militar nos centros de estudos e escolas de formação

possibilitam a troca de informações e doutrinas, fortalecendo a difusão da cultura militar (SILVA, 2014).

Dentre os atributos do profissional militar e que definem sua cultura, três são considerados entre aqueles comuns a praticamente todos os países: “capacidade - adquirida por meio de vasta educação e experiências; corporativismo - como consciência própria do grupo de profissionais; e responsabilidade - em direção à sociedade como um todo” (HUNTINGTON, 1996).

Janowitz (1971), por sua vez, apresenta cinco características comuns do profissional das armas: “importantes habilidades sociais, organização própria, autonomia e regras próprias, código de ética arraigado, e sistema de obrigações bem definido”. Essa identidade militar comum torna a diplomacia militar uma valiosa ferramenta facilitadora das relações exteriores.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho foi realizado com o objetivo principal de verificar as ações da diplomacia militar e analisar sua contribuição como instrumento da política externa do Brasil. Para que se atingisse o objetivo principal, antes foi necessário fazer um estudo do conceito de diplomacia militar, bem como das diversas abordagens teóricas do tema. Foi estudada também a relação entre militares e diplomatas, além da institucionalização da diplomacia militar. Por fim, foi feita a análise que motivou este trabalho, que foi o emprego da diplomacia militar em apoio à PEB.

O ambiente internacional atual é cercado de incertezas e mudanças em ritmo constante e acelerado. O advento da globalização incrementa a cada dia mais a interdependência entre as nações, derrubando barreiras que limitam a circulação de pessoas, mercadorias e capitais. Esse cenário de incertezas e contínua transformação passou a exigir novas demandas da diplomacia tradicional já a partir do final do século XX, especialmente com o fim da Guerra Fria e o novo rumo que as relações internacionais tomaram.

Dentro dessas novas necessidades da diplomacia, está a exigência de agentes cada vez mais especializados nas diversas áreas em que ela pode atuar, passando pelo campo econômico, do meio ambiente, direitos humanos até o militar. Tendo em vista a dificuldade de reunir todas essas especificidades em um mesmo profissional, a política externa hoje tem delegado várias de suas funções a outros agentes estatais, quebrando com o paradigma da exclusividade dos diplomatas.

Esse fenômeno gerou o aparecimento da paradiplomacia ou da diplomacia setorial, de acordo com as diferentes denominações empregadas por estudiosos. Nesse contexto encontra-se a diplomacia militar, que, apesar de não ser um campo exatamente recente, somente no início do século XXI passou a ser considerada uma forma distinta de diplomacia, e não mais mero subproduto dela (PLESSIS, 2008).

Os vários estudiosos da diplomacia militar detiveram parte de seus trabalhos na abordagem conceitual da mesma, seja pela falta de literatura que aborde o tema ou seja pela necessidade de demonstrar a sua existência independente da diplomacia tradicional. Essa última demanda é natural, já que historicamente a guerra sempre foi vista como um processo resultante do fracasso e da interrupção da ação diplomática.

Assim, verificou-se que através do paradigma realista das relações internacionais, o qual predominou durante a Guerra Fria, a diplomacia militar era usada como elemento de coerção e dissuasão, não necessariamente de confrontação e guerra, a fim de se atingir os

objetivos da política externa de um país. Com o fim desse período e a ascensão do pensamento liberal, a diplomacia militar tomou a forma que conhecemos atualmente, utilizando-se da cooperação e da construção de um ambiente de confiança mútua, visando prevenir e evitar o escalonamento de crises.

Dessa forma, diversas normas e procedimentos foram adotados pelos muitos países e suas forças armadas, com o objetivo de fomentar as relações amistosas e de diálogo. Atividades como visitas de alto nível, treinamentos e operações conjuntas, intercâmbio doutrinário, de pessoal e material, participação em operações de paz, assessoramento a atuação de adidos militares, entre outras ações, tornaram-se uma praxe normatizada que consolidou e institucionalizou a diplomacia militar.

No Brasil, a diplomacia militar, que já era um instrumento que demonstrou sua eficácia no impulso embrionário da regionalização do Cone Sul, se consolidou e se expandiu com a criação do Ministério da Defesa, no início dos anos 2000. A elaboração de diversos documentos, como a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa, feita por militares com a colaboração de diplomatas, permitiu coordenar as ações da defesa e da diplomacia em consonância com a política externa brasileira.

Essa legislação tem provocado a produção de várias diretrizes, como a DAEBAI por parte do Exército Brasileiro, bem como resultado em ações e coordenações interministeriais. Diversos encontros de alto nível têm ocorrido entre as pastas da Defesa, das Relações Exteriores e do Gabinete de Segurança Institucional, buscando alinhar e sincronizar as principais atividades a serem executadas pelos citados ministérios e que cooperem para o sucesso e o atingimento dos objetivos da política externa brasileira.

A citada DAEBAI, além de consolidar o conceito da diplomacia militar no âmbito do Exército Brasileiro, busca apresentar seu propósito, seus objetivos e as atividades que devem ser desempenhadas pela força nesse campo, reconhecendo sua importância como ferramenta a ser utilizada pela PEB.

Dessa forma, conclui-se o presente estudo com as palavras do Comandante do Exército à época da elaboração da DAEBAI, o Gen Ex Enzo Martins Peri, as quais sintetizam o escopo deste trabalho:

“O sistema internacional experimenta transformações profundas e aceleradas. Há incertezas no horizonte imediato de uma nova ordem, que o Brasil almeja multipolar. Nessa conjuntura, existem muitas oportunidades para os países chamados emergentes ou novos atores globais, entre eles o Brasil, que tendem a participar, cada vez mais, dos grandes processos decisórios mundiais.” (DAEBAI, 2013)

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. Ed Porto de Ideias. São Paulo, 2010.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Rev. bras. polít. int., Dez 2009, vol.52, no.2, p.173-191.

BARKAWI, Tarak. "Defense diplomacy" in north-south relations. **International Journal** 66.3. p.597 (Summer 2011): Academic One File. Web. 23 July 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/985499/_Defence_Diplomacy_in_North_South_Relations>. Acesso em: 20 nov.2016.

BARSTON, R. P. **Modern Diplomacy**. 3.ed. England: Pearson Education Limited, 2006.

BERRIDGE, G.R. **Diplomacy: theory and practice**. 2.ed. New York: Palgrave, 2002.

BRASIL. Decreto n. 56.435, de 08 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D56435.htm>. Acesso em: 08 fev 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Defesa, MRE e GSI aproximam agendas internacionais e criam mecanismo de coordenação**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/26193-defesa-mre-e-gsi-aproximam-agendas-internacionais-e-criam-mecanismo-de-coordenacao>>. Acesso em 25 fev 2017.

_____. _____. **Defesa e MRE organizam seminário de coordenação temática**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/26846-defesa-e-mre-organizam-seminario-de-coordenacao-tematica>>. Acesso em 25 fev 2017.

_____. _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília: 2008.

_____. _____. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00123820601e3ba92417c>>. Acesso em 26 fev 2017.

_____. _____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: 2005.

_____. _____. **Relações Internacionais**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais>>. Acesso em 15 fev 2017.

BULL, Hedley. **The anarchical society**. A study of order in world politics. 2.ed. New York: Columbia University Press, 1995.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. Editora Saraiva. São Paulo, 2008.

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance. **Adelphy Papers** n. 365. Oxford: Oxford University Press, 2004.

COUTAU-BÉRGARIE, Hervé. **Les Meilleurs des Ambassadeurs**. Théorie et Pratique de la Diplomatie Navale. Paris: Economica, 2010.

DAVIS, Sonny B. **A Brotherhood of Arms**: Brazil United States military relations 1945-1977. Colorado: University Press of Colorado, 1996.

FUKUYAMA, Francis. The end of history. in: **The national interest**, 1989.

HAMILTON, Keith e LANGHORNE, Richard. **The Practice of Diplomacy**. Its evolution theory and administration. New York: Routledge, 1995.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. New York : Palgrave MacMillan, 2003.

HILSMAN, Roger. **The Politics of Policy Making in Defense and Foreign Affairs**. New York: Harper and Row, Publishers, 1971.

HOLSTI, K.J. **Taming the Sovereigns**. Institutional Change in International Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1996.

JANOWITZ, Morris. **The Professional Soldier**. New York: The Free Press, 1971.

LANDIM, Hiarley G. C. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

MATTINGLY, Garret. **Renaissance Diplomacy**. UK: Penguin Books, 1955.

MAGALHÃES, J. C. **A diplomacia pura**. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2007.

MENEZES, Delano Teixeira. **O militar e o diplomata**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1997

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998-(Dicionários Michaelis). 2259p.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MUTHANNA, Colonel KA. **Enabling Military-to-Military Cooperation as a Foreign Policy Tool: Options for Índia**. United Service Institution of Índia Centre for Research. New Delhi: Knowledge World, 2006.

PLESSIS, du Anton. Defense Diplomacy: Conceptual and Practical Dimensions with Specific Reference to South Africa. **Strategic Review for Southern Africa**. Nov, 2008.

PLOCH, Lauren. **Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa**. Washington: Congressional Research Service (7-5700), Jun.2011.

PRIEST, Dana. **The Mission**. New York: WW. Norton &Company, 2004.

REVERON, Derek S. **Exporting Security**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2010.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras/ Nelson A.**

Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SENHORAS, Eloi Martins. **Paradiplomacia militar e seu impacto cooperativo na regionalização da segurança na América do Sul**. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2012/07/30/paradiplomacia-militar-e-seu-impacto-cooperativona-regionalizacao-da-seguranca-na-america-do-sul-por-eloi-martins-senhoras/>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

SERBIN, Andrés; PONT, Andrei S. Cooperative security and regional governance. **Routledge Handbook of Latin American Security**. London and New York: Routledge, 2016.

SHARP, Paul. **Diplomatic Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SIMPSON, Smith. **The crisis in American diplomacy**: shots across the bow of the State Department. EUA: Christopher Pub House, 1980.

SINGH, Prashant Kumar. **China's Military Diplomacy**. Strategic Analysis. Vol. 35, No. 5, September 2011, 793-818, Institute for Defense Studies and Analyses. New Delhi, 2011

STEVENSON, Charles A. **SECDEF: the nearly impossible job of Secretary of Defense**. Washington, DC.: Potomac Books, Inc., 2007.

SWISTEK, Göran. The Nexus Between Public Diplomacy and Military Diplomacy in Foreign Affairs and Defense Policy. **Connections: The Quarterly Journal**. Vol. XI, n. 2, 2012.

TIEJUN, Yu. **China's Military Diplomacy**: Past, Present and Future. Workshop Paper. PkU: 2014.

UNITED KINGDOM. Army Doctrine Publication- **Operations**. London: November, 2010.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defense Policy Paper – **Defense Diplomacy**. London: December, 2000.

VASCONCELOS, Kleber Nunes de. **A Cooperação Brasil – Paraguai no campo militar e seus reflexos nas relações bilaterais**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Escola de

Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

WATSON, Adams. **Diplomacy**: The Dialogue between States. London, Methuen, 1982.

WILLARD, James E. **Military Diplomacy: An Essencial Tool of Foreign Policy at the Theater Strategic Level**. Monograph – School of Advanced Military Studies, United States Command and General Staff College, Kansas, 2006.

WINAND, Érica Cristina Alexandre. **Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e conjuntura na análise das relações com a Argentina**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Unesp-Franca. Franca, SP, 2010.